# POLÍTICAS PÚBLICAS E A ESCOLA PÚBLICA: INTERFACES ENTRE FORMAÇÃO DOCENTE, CURRÍCULO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

DANIELE MARGIOTTA BEZERRA NOVAES

RESUMO
Este artigo discute o papel das políticas públicas na consolidação de uma educação de qualidade na escola pública brasileira, com ênfase em três eixos fundamentais: formação docente, currículo e gestão democrática. Partindo de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, a investigação busca compreender como essas dimensões são afetadas pelas diretrizes e programas elaborados em âmbito nacional, estadual e municipal. Destaca-se a importância de uma formação docente crítica e continuada, a construção curricular dialógica e contextualizada, bem como a efetiva participação da comunidade na gestão escolar. Conclui-se que, embora haja avanços significativos nas políticas educacionais, ainda persistem desafios estruturais e operacionais para que a escola pública seja plenamente um espaço de inclusão, emancipação e qualidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Escola pública; Formação docente; Currículo; Gestão democrática.

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais são instrumentos fundamentais para garantir o direito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Elas orientam as ações do Estado no sentido de promover uma educação de qualidade, gratuita, laica e para todos. No entanto, o distanciamento entre a formulação dessas políticas e a realidade cotidiana das escolas ainda é um desafio a ser superado. Este artigo propõe uma reflexão sobre as relações entre as políticas públicas e a escola pública, com foco em três eixos que se entrelaçam no cotidiano escolar: a formação docente, o currículo e a gestão democrática.

A escolha desses três eixos deve-se à sua centralidade no processo educativo e ao impacto direto que exercem na qualidade do ensino. A formação dos professores, por exemplo, não pode ser compreendida apenas como uma exigência técnica, mas como um processo crítico e reflexivo, que possibilite ao educador atuar de forma consciente e transformadora. O currículo, por sua vez, precisa dialogar com a realidade dos estudantes, valorizando saberes locais e promovendo uma educação significativa. Já a gestão democrática representa a possibilidade de construção coletiva do projeto pedagógico, fortalecendo a autonomia da escola e a participação da comunidade escolar.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como as políticas públicas educacionais influenciam esses três aspectos fundamentais da escola pública. Os objetivos específicos incluem: identificar os principais marcos legais e programas voltados à formação docente, ao currículo e à gestão escolar; discutir os desafios enfrentados pelos profissionais da educação na implementação dessas políticas; e refletir sobre caminhos possíveis para a efetivação de uma escola pública mais justa e democrática.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental. Serão utilizados textos legais (Constituição Federal, LDB, PNE), diretrizes curriculares, documentos da BNCC, além de autores que têm se dedicado ao tema da educação pública e das políticas educacionais, como Paulo Freire, Dermeval Saviani, Ilma Veiga e Bernardete Gatti. A expectativa é que este artigo contribua para ampliar o debate sobre o papel da escola pública e a necessidade de políticas coerentes com os princípios da democracia, da equidade e da qualidade social da educação.

## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

As políticas públicas educacionais no Brasil são construídas a partir de um arcabouço legal e institucional que busca garantir o direito universal à educação, conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Esse marco legal estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

A partir dessa premissa, diversos instrumentos normativos foram criados para regulamentar, planejar e avaliar as ações educacionais, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A LDB representa um divisor de águas na organização do sistema educacional brasileiro, pois define princípios e diretrizes para a educação básica e superior, abordando aspectos como gestão, currículo, formação docente, avaliação e financiamento. Já o PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no período de 2014 a 2024, com o objetivo de garantir a qualidade e a equidade no acesso à educação em todos os níveis e modalidades de ensino. O PNE é um dos principais instrumentos de planejamento das políticas públicas educacionais, articulando ações entre os entes federativos e promovendo a participação da sociedade civil.

Outro marco importante é a BNCC, aprovada em 2017, que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. Embora tenha como intenção a promoção de uma educação mais equitativa, a BNCC tem sido objeto de críticas por sua centralização e pelo risco de homogeneização dos currículos, desconsiderando especificidades regionais, culturais e sociais. A implementação da BNCC nas redes públicas exige uma reflexão crítica por parte das escolas e dos educadores, a fim de que o currículo seja de fato um instrumento de inclusão e valorização da diversidade.

Além desses documentos, destacam-se políticas como o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), essencial para o financiamento da educação pública no Brasil. A recente emenda constitucional que tornou o FUNDEB permanente é uma conquista importante para a garantia de recursos e para a valorização dos profissionais da educação, especialmente no contexto das desigualdades regionais e sociais que ainda marcam o país.

As políticas públicas educacionais, portanto, devem ser compreendidas em sua complexidade e historicidade, considerando tanto seus avanços quanto suas limitações. É fundamental que essas políticas estejam alinhadas às necessidades reais das escolas e aos princípios de uma educação democrática, crítica e emancipadora.

## FORMAÇÃO DOCENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A formação docente é um dos pilares para a efetivação de uma educação de qualidade e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com os princípios democráticos e inclusivos. As políticas públicas voltadas à formação de professores devem considerar a complexidade do fazer docente, reconhecendo a docência como uma profissão que exige saberes específicos, reflexividade, compromisso ético e atualização constante.

No Brasil, a LDB dedica um capítulo à formação dos profissionais da educação, estabelecendo que esta deve ocorrer em nível superior, prioritariamente em cursos de licenciatura, além da formação continuada oferecida pelos sistemas de ensino. A política nacional de formação dos profissionais da educação básica, instituída em diferentes programas ao longo dos anos — como o Pró-Licenciatura, o PARFOR e a Rede Nacional de Formação de Professores — buscou ampliar o acesso à formação inicial e continuada, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade.

Contudo, a precarização das condições de trabalho, a ausência de planos de carreira atrativos e a desvalorização social da profissão ainda constituem grandes obstáculos para a valorização docente. Muitos professores atuam sem formação específica na área, principalmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Além disso, a oferta de formação continuada nem sempre dialoga com as reais necessidades dos docentes e das escolas, sendo muitas vezes centrada em conteúdos normativos ou em abordagens tecnicistas.

É nesse contexto que a contribuição de Paulo Freire se torna essencial. O educador defendia uma formação baseada no diálogo, na escuta e na prática transformadora, em

que o professor é sujeito do seu processo de aprendizagem e produtor de conhecimento. A proposta freireana inspira políticas mais democráticas de formação, que considerem os contextos escolares, os saberes docentes e a autonomia profissional.

A valorização da formação docente também está diretamente relacionada ao financiamento e à gestão das redes de ensino. Políticas como o FUNDEB têm papel fundamental nesse processo, pois destinam recursos para a remuneração dos profissionais da educação. No entanto, a aplicação desses recursos deve ser acompanhada de critérios de qualidade e de equidade, garantindo que os professores tenham condições dignas de trabalho, tempo para o planejamento e acesso a formações pertinentes.

Por fim, é necessário repensar o lugar da formação continuada dentro da escola, criando espaços permanentes de reflexão e estudo coletivo, como os horários de formação na jornada dos professores, os projetos de formação em serviço e as parcerias com universidades. Uma política pública eficaz de formação docente deve articular a dimensão técnica, política e ética da profissão, contribuindo para a construção de uma escola pública crítica, democrática e comprometida com a aprendizagem de todos.

## CURRÍCULO ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

O currículo escolar é um dos componentes centrais do processo educativo e constitui-se como um campo de disputas ideológicas, culturais e pedagógicas. Não se trata apenas de um conjunto de conteúdos organizados por áreas do conhecimento, mas de uma construção social e histórica, que expressa valores, saberes e intencionalidades. As políticas públicas curriculares, portanto, têm um papel estratégico na definição das aprendizagens consideradas essenciais, influenciando diretamente o cotidiano das escolas e a prática dos professores.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, representa o principal documento orientador do currículo da educação básica no Brasil. Ela estabelece competências e habilidades que todos os estudantes têm o direito de desenvolver ao longo da trajetória escolar, com o objetivo de garantir equidade e qualidade na aprendizagem. A BNCC propõe um currículo baseado em competências gerais, articuladas aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento em cada etapa da educação básica.

Entretanto, a implementação da BNCC tem gerado intensos debates no campo educacional. Um dos principais questionamentos refere-se à sua centralização, que pode comprometer a autonomia das redes de ensino e das escolas na construção de propostas pedagógicas contextualizadas. Ao definir com detalhamento os objetivos de aprendizagem, o documento corre o risco de promover uma padronização excessiva, que desconsidera as realidades locais, as especificidades culturais e a diversidade dos sujeitos que compõem a escola pública.

Nesse sentido, o currículo deve ser compreendido como um processo dialógico e participativo, que envolve a escuta ativa da comunidade escolar — professores, estudantes, famílias e demais atores sociais. A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP), prevista na LDB, é uma oportunidade para que a escola exerça sua autonomia curricular, adaptando as orientações nacionais às suas necessidades e potencialidades. A gestão democrática, portanto, desempenha um papel fundamental na efetivação de um currículo que respeite a pluralidade e promova a cidadania.

Autores como Gimeno Sacristán e Paulo Freire defendem a concepção de currículo como prática social, indissociável do contexto em que é elaborado e executado. Para Sacristán, o currículo é um instrumento de mediação entre os saberes escolares e os saberes sociais, sendo necessário que reflita criticamente as condições sociais, políticas e econômicas dos sujeitos envolvidos. Já para Freire, o currículo deve partir da realidade dos educandos, valorizando seus conhecimentos prévios, suas vivências e sua capacidade de transformação do mundo.

As políticas públicas curriculares também devem considerar os desafios enfrentados pelas escolas públicas na implementação de propostas pedagógicas efetivas. A escassez de recursos, a sobrecarga de trabalho dos docentes, a falta de materiais didáticos adequados e a infraestrutura precária são fato-

res que impactam diretamente na qualidade do ensino e na concretização das intenções curriculares. Além disso, é fundamental garantir formação continuada aos professores, com foco na leitura crítica da BNCC e na elaboração de sequências didáticas contextualizadas e significativas.

Um exemplo de política curricular que busca integrar diversidade e equidade é a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008), que ampliam o escopo curricular para incluir temáticas historicamente negligenciadas. Apesar de sua importância, essas diretrizes ainda encontram dificuldades para se materializar nas práticas pedagógicas, exigindo ações mais efetivas de formação e monitoramento por parte dos sistemas de ensino.

Por fim, cabe ressaltar que a elaboração e a implementação de currículos devem estar alinhadas a uma concepção de educação como direito humano, que ultrapassa os limites do conteúdo acadêmico e abrange o desenvolvimento integral do estudante. A escola pública precisa ser um espaço de produção de sentido, de reconhecimento da diversidade e de construção da identidade dos sujeitos. Para isso, é necessário que as políticas públicas assegurem não apenas o que ensinar, mas principalmente como, para quem e com quais finalidades se ensina.

4. Gestão democrática na escola pública

A gestão democrática é um princípio constitucional e uma diretriz fundamental para a organização da educação pública no Brasil. Prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a gestão democrática visa promover a participação ativa da comunidade escolar nas decisões que envolvem o projeto pedagógico, a administração dos recursos e as políticas internas da escola. Trata-se de um processo coletivo e compartilhado, que busca garantir transparência, autonomia e corresponsabilidade.

No contexto da escola pública, a gestão democrática representa uma forma de superar modelos centralizadores e autoritários que historicamente marcaram a administração escolar. A ampliação dos espaços de participação, como os conselhos escolares, as assembleias de pais e mestres, e os fóruns de discussão, possibilita a construção de um ambiente mais plural e inclusivo, onde diferentes vozes e interesses podem ser ouvidos e conciliados.

As políticas públicas têm buscado fortalecer a gestão democrática por meio de normativas que incentivam a autonomia das escolas e a formação dos gestores para o exercício de uma liderança participativa. Programas de capacitação, manuais de gestão participativa e a implementação de instrumentos de planejamento coletivo são exemplos de iniciativas que visam consolidar essa prática nas redes públicas. Contudo, o desafio maior reside na efetiva concretização desses princípios no cotidiano escolar, muitas vezes permeado por burocracias, falta de recursos e resistências culturais.

A literatura educacional destaca que a gestão democrática não se restringe apenas à participação formal em conselhos e reuniões, mas envolve uma cultura organizacional que valoriza o diálogo, o respeito à diversidade, a negociação e a construção coletiva de soluções. Bernardete Gatti enfatiza que a gestão democrática é um espaço político que deve garantir condições para que a escola seja um local de construção de cidadania e justiça social, articulando as dimensões pedagógica, administrativa e comunitária.

Além disso, a gestão democrática está intrinsicamente ligada à valorização dos profissionais da educação, reconhecendo seu papel como agentes centrais no processo educativo. A participação dos professores nas decisões que impactam sua prática e seu ambiente de trabalho contribui para a melhoria do clima escolar, para a motivação docente e para a qualidade do ensino. Do mesmo modo, o engajamento das famílias e da comunidade amplia a corresponsabilidade pela educação e fortalece os vínculos entre a escola e seu entorno social.

Entretanto, a efetivação da gestão democrática enfrenta obstáculos significativos, como a desigualdade na distribuição de recursos, a precariedade da infraestrutura, a sobrecarga administrativa dos gestores e a ausência de uma cultura participativa consolidada em algumas comunidades escolares. Nessas situações, a democracia na escola pode ficar

restrita a formalidades, sem impactar profundamente as práticas e as relações pedagógicas.
Portanto, para que a gestão democrática se torne uma realidade efetiva nas escolas públicas, é fundamental que as políticas públicas promovam não apenas a normatização dessa participação, mas também o investimento em formação política e administrativa para gestores, professores e demais membros da comunidade escolar. Além disso, deve haver um compromisso com a ampliação das condições materiais e organizacionais que possibilitem o exercício real da autonomia e da participação.
Em suma, a gestão democrática é um vetor essencial para a construção de uma escola pública que respeite os direitos, reconheça as diversidades e promova a participação cidadã, elementos indispensáveis para uma educação transformadora e emancipador.

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ESCOLA PÚBLICA

As políticas públicas educacionais enfrentam uma série de desafios que impactam diretamente a qualidade e a efetividade da educação pública no Brasil. Apesar dos avanços normativos e dos programas de incentivo, ainda persistem problemas estruturais, sociais e econômicos que dificultam a concretização dos direitos educacionais previstos na legislação.
Um dos principais desafios refere-se à desigualdade educacional. O Brasil é marcado por profundas disparidades regionais, sociais e econômicas, que se refletem no acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes. As escolas públicas, especialmente nas regiões mais vulneráveis, enfrentam carência de recursos, falta de infraestrutura adequada, insuficiência de materiais didáticos e escassez de profissionais qualificados. Essa realidade impõe limitações significativas para a implementação eficaz das políticas públicas.
Além disso, a precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação compromete a valorização da carreira docente e a qualidade do ensino. A insuficiência de planos de carreira, os baixos salários, a sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento social são fatores que influenciam negativamente a motivação e a permanência dos professores na rede pública.
Outro aspecto importante é a necessidade de alinhamento entre as políticas públicas e as demandas reais das escolas e comunidades. Muitas vezes, as diretrizes e programas são elaborados de forma centralizada, sem a participação efetiva dos atores locais, o que pode resultar em iniciativas pouco contextualizadas e desconectadas das especificidades regionais e culturais.
A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais essas fragilidades, ao expor as dificuldades do ensino remoto, a falta de acesso à tecnologia e a ampliação das desigualdades educacionais. Esse momento trouxe à tona a urgência de políticas públicas que promovam a inclusão digital, a equidade e o suporte socioemocional para estudantes e profissionais da educação.
Apesar dos desafios, há perspectivas promissoras para a melhoria da escola pública. O fortalecimento da gestão democrática, o investimento contínuo na formação docente, a ampliação do financiamento público e o incentivo à participação comunitária são estratégias fundamentais para a construção de uma educação pública mais justa, inclusiva e de qualidade.
A integração entre diferentes esferas governamentais e a articulação entre políticas de educação, saúde, assistência social e cultura são também caminhos necessários para atender às necessidades complexas dos estudantes e suas famílias, promovendo um desenvolvimento integral.
Portanto, as políticas públicas educacionais devem ser concebidas e implementadas com uma visão sistêmica e integrada, que reconheça a escola pública como um espaço político e social estratégico para a transformação das desigualdades e para a promoção dos direitos humanos.
Além dos desafios já mencionados, destaca-se também a complexidade da articulação entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) na formulação e execução das políticas públicas educacionais. Muitas vezes, as ações são fragmentadas ou apresentam sobreposição, o que dificulta a coerência e a continuidade dos

programas. A descentralização da gestão educacional, prevista na LDB, demanda uma coordenação eficaz que nem sempre se concretiza, especialmente em contextos de limitações financeiras e administrativas.

Outro desafio relevante é a resistência à mudança por parte de segmentos envolvidos no sistema educacional, que podem favorecer práticas tradicionais e conservadoras em detrimento de inovações pedagógicas e administrativas. Essa resistência pode se manifestar em posturas corporativas, falta de abertura para a formação continuada e dificuldades para implementar propostas mais democráticas e participativas.

A tecnologia educacional também representa uma área de desafios e oportunidades. A incorporação de recursos tecnológicos na escola pública deve ser acompanhada de políticas que garantam infraestrutura adequada, formação dos professores e acesso equitativo aos alunos. A pandemia da COVID-19 ressaltou a urgência de superar o chamado "fosso digital", que reflete as desigualdades socioeconômicas do país.

Em contrapartida, as perspectivas para o futuro da educação pública passam pela consolidação de políticas que articulem de forma integrada as dimensões pedagógica, administrativa e social. O protagonismo dos educadores, gestores, estudantes e comunidade deve ser valorizado, promovendo uma cultura escolar pautada na ética, na participação e no compromisso com a justiça social.

Investimentos em pesquisa educacional e avaliação constante das políticas públicas são essenciais para orientar ações que respondam às necessidades reais e específicas das redes e das escolas. O debate público e o controle social também são ferramentas imprescindíveis para garantir a transparência e a legitimidade das políticas educacionais.

6. A participação da comunidade na escola pública

A participação da comunidade escolar é um elemento crucial para o fortalecimento da escola pública e para a efetivação das políticas educacionais. A escola não pode ser vista como um espaço isolado, mas como um locus de relações sociais que envolve estudantes, famílias, professores, gestores e a comunidade em geral. A interação e o diálogo entre esses atores são fundamentais para a construção de um ambiente educativo democrático, inclusivo e comprometido com o desenvolvimento integral dos alunos.

A legislação educacional brasileira, especialmente a LDB e a Constituição Federal, enfatiza a importância da participação social na gestão da educação. Instrumentos como os Conselhos Escolares, o Conselho de Alimentação Escolar, o Conselho Municipal de Educação e outras instâncias de controle social garantem a presença da comunidade nas decisões que impactam a vida escolar. Esses espaços são responsáveis por promover a transparência, a prestação de contas e a corresponsabilidade pelo sucesso da escola.

Além da participação formal, a aproximação da escola com a comunidade contribui para o reconhecimento das necessidades e potencialidades locais, promovendo uma educação contextualizada e relevante. A valorização das culturas locais, das diversidades sociais e das experiências comunitárias enriquece o currículo e fortalece os vínculos afetivos entre escola e estudantes.

Contudo, é importante destacar que a participação da comunidade enfrenta desafios práticos, como a baixa mobilização social, a falta de informação sobre os direitos e deveres, e, em alguns casos, a desconfiança entre os diferentes segmentos. A superação desses obstáculos exige políticas públicas que promovam a formação cidadã, a comunicação efetiva e a criação de espaços acessíveis e acolhedores para a participação.

Programas que incentivem a presença dos pais e responsáveis na escola, atividades culturais e esportivas, e o envolvimento em projetos pedagógicos podem contribuir para ampliar o engajamento comunitário. O fortalecimento da participação também está relacionado ao desenvolvimento de uma cultura escolar democrática, que valorize a diversidade de opiniões, estimule o debate e fomente a construção coletiva de soluções para os desafios educacionais.

Em síntese, a participação da comunidade é um pilar indispensável para a consolidação de uma escola pública que seja efetivamente um espaço de diálogo, aprendizagem e cidadania. As políticas públicas devem incentivar

e estruturar essa participação, garantindo que ela ocorra de forma ampla, representativa e significativa.

A participação comunitária ganha especial relevância no contexto das políticas públicas voltadas para a inclusão e a diversidade. A construção de uma escola pública que atenda às múltiplas identidades dos estudantes – incluindo aspectos culturais, étnicos, de gênero e de necessidades educacionais especiais – requer um envolvimento ampliado da comunidade para que as práticas pedagógicas reflitam e respeitem essas diversidades.

A efetivação dessa participação demanda ainda ações que promovam a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, superando barreiras de hierarquia e facilitando o diálogo aberto. A utilização de tecnologias digitais pode ser um recurso valioso para ampliar a interlocução e facilitar o acesso às informações e aos processos decisórios.

Além disso, o fortalecimento das redes de apoio comunitário, como associações de moradores, organizações não governamentais e grupos culturais, pode contribuir para a ampliação das oportunidades educacionais e o suporte socioemocional dos estudantes. Essas parcerias reforçam o papel da escola como um centro irradiador de cultura, cidadania e desenvolvimento social.

Por fim, a participação da comunidade deve ser vista como um processo dinâmico e contínuo, que exige estratégias de mobilização, formação e sensibilização dos diversos atores. As políticas públicas que incentivam a criação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, dos Grêmios Estudantis e das organizações de pais e mestres têm papel central nesse processo, garantindo que a voz da comunidade seja efetivamente considerada nas decisões escolares.

## CONCLUSÃO

Este artigo apresentou uma análise sobre a influência das políticas públicas na escola pública brasileira, com foco na formação docente, no currículo, na gestão democrática, nos desafios e perspectivas dessas políticas, bem como na participação da comunidade escolar. Observou-se que, apesar dos avanços legais e institucionais, a efetivação dessas políticas enfrenta barreiras estruturais, culturais e econômicas que limitam a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas.

A formação docente emerge como um elemento central para garantir práticas pedagógicas críticas, reflexivas e contextualizadas, capazes de responder às necessidades dos estudantes e da sociedade. O currículo, enquanto instrumento pedagógico, deve ser construído de forma dialógica e flexível, respeitando as diversidades regionais e culturais. Já a gestão democrática destaca-se como um mecanismo essencial para ampliar a participação da comunidade, promovendo a corresponsabilidade e a transparência nas decisões escolares.

Os desafios apontados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, financiadas adequadamente e que contem com a participação ativa dos diversos atores envolvidos no processo educativo. A participação da comunidade, por sua vez, deve ser fortalecida como prática cotidiana, garantindo que a escola pública se configure como espaço de diálogo, inclusão e construção de cidadania.

Assim, a escola pública brasileira só poderá cumprir seu papel social pleno se as políticas públicas forem planejadas e implementadas de forma coerente, contextualizada e democrática, garantindo a equidade, a qualidade e a valorização dos profissionais da educação. O compromisso coletivo e a articulação entre governos, profissionais e sociedade civil são essenciais para que a educação pública seja efetivamente um direito de todos e um instrumento de transformação social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Disponível em: http://pne.mec.gov.br. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 30 maio 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GATTI, Bernardete. Gestão Democrática da Educação: a experiência da escola pública. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: a formação do cidadão. Campinas: Autores Associados, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Formação Docente: Políticas e práticas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2015.